

O TRABALHO

Órgão da Corrente O Trabalho do Partido dos Trabalhadores - Seção Brasileira da 4ª Internacional

www.otrabalho.org.br

R\$ 4,00 (solidário R\$ 5,00)

nº 769 - 9 a 30 de julho de 2015



POVO GREGO DIZ NÃO

E NO BRASIL LEVY QUER APROFUNDAR O AJUSTE!

Juventude

Reforçar a luta contra a redução da maioria
pág. 2

Luta de classe

FUP indica greve em defesa da Petrobras
pág. 6

Nacional

Nos EUA Dilma cumpre a "agenda Levy"
pág. 8

Internacional

O que se passa na Venezuela?
pág. 11

Com mais um golpe, Cunha ataca a juventude

Aprovada em primeiro turno a PEC da redução da maioria penal

A luta contra a redução da maioria penal está longe do fim. Apesar do golpe de Eduardo Cunha (PMDB) que levou à aprovação em primeiro turno do Projeto de Emenda Constitucional da redução da maioria penal (PEC 171), organizações de juventude seguem na luta contra a medida.

Em 30 de junho, o relatório apresentado pela comissão especial, que propunha a redução da maioria para uma lista determinada de crimes, foi rejeitado pois não alcançou os 308 votos necessários para aprovar uma emenda constitucional. O relatório teve o voto favorável de 303 deputados.

Mas não levou 24 horas para que Cunha aprovasse a PEC 171. Para isso, ele desrespeitou a regra constitucional (ao reapreciar uma matéria rejeitada numa mesma sessão legislativa), o regimento interno da Câmara, além de chantagear e ameaçar deputados, de acordo com denúncias feitas por parlamentares de seu próprio partido. Os líderes de partidos inimigos da juventude, como o PSDB e o DEM, o ajudaram a manobrar. A votação passou a ter 323 votos favoráveis. Mas,



Juventude Revolução na luta contra a redução da maioria penal

o que esperar desse Congresso, o mais reacionário desde 1964?

Crime de tráfico ficou de fora?

Esse é o argumento de alguns deputados que mudaram de opinião em 24 horas. O projeto rejeitado no dia 30 incluía, na lista, crimes de tráfico, terrorismo e lesão corporal – tipificações que comportam muita coisa diferente, desde um chefe do crime organizado até um aviãozinho.

A emenda constitucional ainda vai percorrer um longo caminho: precisa passar em 2ª votação na Câmara, vai para o Senado, e pode ter de vol-

tar a tramitar na Câmara, antes de passar a valer.

Usaremos todo esse tempo para combater e dialogar com a população. No dia 30 de junho, quando o projeto entrou em votação, foi organizada uma manifestação pela Une, Ubes e organizações de jovens como a Juventude

Revolução (JR). Agora, outras ações estão sendo tomadas. Em São Paulo, por exemplo, tem ato marcado para 13/07 e festival de música no dia 08/08, por uma ampla frente de movimentos sociais, culturais e entidades que trabalham com adolescentes em situação de vulnerabilidade. Em Guarulhos, a Juventude Revolução e a Pastoral da Juventude estão fazendo colagem de lambe-lambe nas periferias. Em Cuiabá, a JR tem organizado atividades culturais e produziu um documentário.

Priscilla Chandretti

Homicídio é a causa de 46% das mortes de adolescentes

Segundo estudioso, com a redução da maioria disso pode triplicar

O sociólogo Julio Jacobo Waiselfisz, um dos responsáveis pelo Mapa da Violência, avalia que a redução da maioria pode duplicar ou triplicar o número de homicídios de jovens no país. “Todas as prisões estão dominadas pelo crime. Para sobreviver, o jovem vai aderir a uma das organizações criminosas e sair pós-graduado em criminalidade. Não vai precisar construir presídios, mas necrotérios” (OESP, 30/06).

Novos dados do Mapa da Violência divulgados em junho reafirmam que os jovens são as maiores vítimas da violência urbana: o homicídio é a principal causa de morte de adolescente de 16 e 17 anos.

Está em curso um verdadeiro genocídio da juventude negra. Os homicídios de jovens dessa faixa etária aumentaram 496% desde 1980. Foram assassinados três vezes mais negros do que brancos, e a maioria dos jovens tinha baixa escolaridade.

A PM assassina aumenta as estatísticas das mortes de negros e pobres. Um levantamento do site R7 mostrou que, em São Paulo, a polícia mata 10 vezes mais na periferia que no centro expandido. A pesquisa considerou “todos os casos de supostos confrontos na cidade deste 7 de janeiro de 2013, quando ocorrências do tipo passaram a ser registradas como ‘morte em decorrência de intervenção policial’”, segundo o próprio site.

Piora a situação das universidades públicas

É urgente organizar a jornada de luta contra os cortes na Educação

O corte de verbas tem mais um capítulo previsto para os próximos meses. O ministro da Educação anunciou que as universidades públicas terão um corte de aproximadamente 50% nos recursos de investimento.

Em entrevista concedida ao jornal O Globo em 03/07, Roberto Leher, recém-eleito reitor da maior universidade federal do país, a UFRJ, explica as consequências: “Com corte de 50% dos recursos, nós não vamos poder concluir as obras inacabadas, vamos ter que selecionar de maneira muito limitada aquelas que serão concluídas e isso traz problemas graves.”

Questionado se as universidades terão condições de continuar funcionando, Leher explica: “Quando chegarmos em setembro, as dívidas acumuladas vão fazer com que ocorram atrasos em fornecimentos básicos. O que é básico hoje? Limpeza, segurança, portaria, que são os terceirizados,

que, infelizmente, entram como verba de custeio, não como verba de pessoal. Vamos chegar em setembro com a universidade sem condições de honrar estas contas.”

Este cenário será ainda agravado por outros cortes. Para a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) o corte será de pelo menos R\$785 milhões, ameaçando importantes programas como bolsas de pós-graduação e o Programa destinado à formação de professores na graduação.

As universidades passaram por um processo de expansão nos últimos anos que não chegou a alterar a relação percentual entre vagas no ensino privado e público (portanto, insuficiente), mas que permitiram um aumento de 80% nas vagas públicas absolutas. E, agora, em nome do pagamento a banqueiros, o governo corta verbas, ao mesmo tempo em que insiste no lema “Pátria Educadora”, colocando em questão não só o pro-

cesso de expansão, como o próprio funcionamento das universidades.

Para os estudantes as consequências são duras, bolsas de assistência estudantil estão sendo cortadas ou não renovadas.

Em seu último congresso, a UNE aprovou um calendário de lutas contra os cortes. É mais que hora de colocá-lo em marcha!

O calendário prevê a preparação de calouradas unificadas em todo o país, uma paralisação no dia 11 de agosto – dia dos estudantes – e uma caravana a Brasília para exigir a reversão dos cortes.

A organização da mobilização deve estar no centro da posse e reunião de diretoria da nova direção da UNE, nos dias 14 e 15 de julho em Brasília, bem como a necessidade de buscar a unidade com técnicos e professores, muitos dos quais já estão em greve.

Na base, a preparação das atividades que começou já no final do semestre deve prosseguir, mesmo no

recesso, inclusive para ajudar a pressionar a direção da UNE, porque a questão é urgente.

Na UnB, por exemplo, por proposta da Juventude Revolução, a assembleia geral do semestre tomou a decisão do DCE realizar, durante a aula magna que a reitoria organiza na abertura do semestre e que reúne milhares de estudantes, um ato contra os cortes. Exemplos como esse devem ser multiplicados, assim como deve começar a articulação de assembleias de curso para a paralisação do dia 11 de agosto e a organização de ônibus para realizar uma grande caravana à Brasília prevista para o final do mesmo mês.

Luã Cupolillo

É a nação e os trabalhadores que estão em risco!

Nas últimas semanas aumentou a estridência dos porta-vozes do imperialismo no Brasil.

A recente convenção do PSDB, agente direto do capital financeiro, aumentou a carga contra o governo Dilma. Por suposto, não estão preocupados com a situação de vida dos trabalhadores. Aécio, FHC & Cia. querem garantir as melhores condições para que seja aprofundada no país a aplicação da política exigida pela especulação, diante da crise do sistema capitalista.

O governo Dilma se encontra fragilizado. Mas não pelos arroubos do PSDB, mas pela aplicação da política comandada pelo ministro Levy, que deteriora, em ritmo acelerado, as condições de vida da maioria do povo trabalhador brasileiro.

O que de fato preocupa os tucanos, e o imperialismo, é que a força que os derrotou nas urnas em 2014, a força dos setores organizados da classe trabalhadora que não aceita pagar o preço da crise, não saiu de cena.

Os trabalhadores não aceitam o desmantelamento da nação.

A Federação Única dos Petroleiros indica, para 24 de julho, um dia de greve em defesa da Petrobras. Os petroleiros estão em luta contra os ataques que vêm do PSDB que quer

acabar com o regime de partilha no pré-sal, ataque bem preparado pela operação Lava Jato. Mas os petroleiros lutam também contra os planos de desinvestimento da própria direção da empresa. E nessa luta chamam a unidade de todos os trabalhadores.

POLÍTICA DE AJUSTE ATACA O POVO E FRAGILIZA O GOVERNO

A CUT, que durante todo primeiro semestre organizou a luta em defesa dos direitos dos trabalhadores, em decisão recente, reafirma sua posição contrária ao “plano recessivo e regressivo” e chama para 28 de julho manifestações nos estados diante das sedes do Banco Central, e uma manifestação em Brasília, em frente ao Ministério da Fazenda, contra a política de ajuste fiscal de Levy.

Recentemente, 73% dos trabalhadores da Mercedes em São Bernardo do Campo disseram não a um acordo, discutido entre o sindicato e a empresa, que reduzia os salários.

Os trabalhadores brasileiros, através de suas organizações, estão dizendo, em alto e bom som: não aceitamos o sacrifício. Querem defender os direitos e empregos, querem defen-

der a nação, que estão sendo colocados em risco com a execução da política do ajuste que, a depender de Levy, está só no começo!

As situações são diferentes, mas as mobilizações que marcaram esse primeiro semestre e novas que se anunciam, “conectam” os trabalhadores brasileiros com a maioria do povo grego que acaba de dar um retumbante Não à austeridade imposta pelo capital financeiro.

E para isso Dilma foi eleita! Para proteger os trabalhadores e a nação da rapinagem imperialista, bem representada pelo PSDB.

Não será nos Estados Unidos, ao lado de Obama, cumprindo a agenda organizada por Levy, que Dilma encontrará apoio para fazer frente aos ataques reacionários contra seu governo. Bem ao contrário, quanto mais próxima de Levy/Obama, mais distante Dilma estará da base social que a reelegeu, a única força que pode fazer frente ao retrocesso que se pretende impor ao país.

E essa força está aí, preparando um segundo semestre de lutas, disposta sim a enfrentar a ofensiva reacionária, o que começa, acima de tudo, pela defesa dos interesses dos trabalhadores e da nação, contra a política econômica colocada em marcha para atender aos interesses da especulação financeira.

Chega de ajuste! Abaixo o plano Levy!

INDÚSTRIA NAVAL DEMITE

Apenas no pólo industrial naval de Niterói (RJ), mais de 3500 empregos foram fechados pela crise em curso causada, de um lado, pela operação Lava Jato e pelas medidas de austeridade fiscal que atingiram a Petrobras.

O estaleiro Eisa Petro-Um demitiu cerca de 1000 trabalhadores. Em carta distribuída aos demitidos responsabilizava as demissões aos efeitos da operação Lava Jato que teriam “paralisado o setor”. Segundo um trabalhador do estaleiro: “A gente só ficou sabendo das demissões na hora de passar o crachá no controle de ponto. Quem não conseguia a autorização para o acesso estava demitido e era encaminhado para o RH, onde a documentação da demissão já estava pronta. Não fomos respeitados pela empresa”

CONSUMO DE CARNE BOVINA

A retração na economia já atingiu o consumo de carne bovina no país. A capacidade de abate nacional já caiu 13%, o que corresponde a menos 30 mil cabeças de gado. Só esse ano, mais de 44 plantas de abate deixaram de funcionar entre unidades de médio e grande porte. Os estados mais impactados são Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás.

DESEMPREGO NOS FRIGORÍFICOS

Segundo dados do Ministério do Trabalho, via Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apenas entre janeiro e maio de 2015 foram demitidos 4.300 trabalhadores. Na cidade de Batayporã (MS), o fechamento de 823 pontos de trabalhos significa que 27% da força de trabalho com carteira assinada da cidade perderá seu emprego.

AJUSTE ATINGE OS LIVROS

Foram 21% a menos de compras públicas para o segmento de livros segundo dados do setor. O impacto do ajuste no Ministério da Educação significou 35 milhões de livros a menos para os programas nas escolas públicas. No estado de SP, o governo do PSDB cancelou as compras de livros para professores e salas de leitura nas escolas. Nas prefeituras a situação foi ainda mais dramática: o corte atingiu 71% das aquisições de livros para as bibliotecas.

MENOS SERVIDORES PÚBLICOS ASSUMEM VAGAS

No setor público federal houve uma redução de 55% na contratação de pessoal, se comparado ao ano de 2014. Apenas 2517 servidores tomaram posse de seus cargos em concurso.

Memória

MOBILIZAÇÕES CONTRA O GOVERNO THATCHER

Apesar das medidas repressivas tomadas pelo governo da Inglaterra para conter os chamados “distúrbios urbanos” que tomaram conta das principais cidades do país, continua crescendo a onda de manifestações iniciada pela juventude inglesa contra o governo conservador da primeira-ministra Margaret Thatcher. São manifestações expressando a revolta deste setor de trabalhadores que está sendo lançado ao desemprego pela política do governo de redução dos investimentos e dos gastos governamentais, deixando já 60% da juventude sem oportunidades de trabalho. As manifestações têm esbarrado na intransigência do governo, que se recusa a dar qualquer resposta ao problema (...).

O Trabalho nº 114 – 15/7/1981



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel deste então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Arte: Antônio do Amaral Rocha

PT: um Congresso que não acabou!

“Abaixo do volume morto”, segundo Lula

Normalmente, congressos estabelecem um novo patamar de relações e mais à frente voltam os debates. Mas a impressão nas semanas seguintes é que o 5º Congresso do PT de Salvador simplesmente não acabou.

A cúpula pretendeu ser um sucesso, como se não se visse o fiasco que foi, com Lula e Dilma presentes empenhados, sofrerem para rejeitar emendas que condenavam o plano de ajuste do ministro Levy por estreitíssima margem de votos (10% num caso, 5% em outro)... num texto que nem tinha coragem de defender o ajuste.

Esse debate decisivo foi dominado pelo manifesto dos dirigentes petistas da CUT subscrito por 400 sindicalistas, com tudo que significa no PT. Uma recomposição seria,



Ato de abertura do 5º Congresso, Lula e Dilma pedem apoio ao ajuste

então, possível no PT? A prisão de Vaccari suscitou uma ovação de protesto não previsto pela direção, a “coalizão” foi contestada com força, e um ministro, Patrus Ananias, fundador histórico do PT, veio defender o fim do PED e a volta aos Encontros de base.

No dia seguinte, a militância em geral desgostosa pelo país a fora, se fazia ouvir, “mas não mudou nada!?”

O próprio Lula decidiu chutar o balde do “exitoso” congresso. Numa reunião com padres e dirigentes soltou: “Dilma está no volume morto, o PT está abaixo do volume morto, e eu estou no volume morto. Todos numa situação muito ruim. E olha que o PT ainda é o

melhor partido. Estamos perdendo para nós mesmos”.

Choveram interpretações de analistas e líderes partidários, assinadas ou em “off”.

Compor ou recompor?

A Executiva do PT se viu obrigada a adotar a resolução que reescreve, “esquerdizando”, a Carta de Salvador. A operação Lava Jato virou “um estado de exceção sendo gestado”. A

“redução da meta do superávit fiscal, a imediata reversão da elevação dos juros” foram evocadas como “medidas urgentes de reorientação”.

Sim, até “reorientar”, termo maldito no 5º Congresso onde a corrente Democracia Socialista, num vergonhoso acordo com a CNB, aceitou substituir por “conduzir”, agora é unânime na Executiva... Mas tudo isso não mudou nada, outra vez.

Final, a Executiva também “saída as iniciativas recentes do governo para retomar o crescimento da economia. O Plano de Investimento em Logística...”, isto é, as bateladas de concessões privatizantes rebaixadas que Dilma e Levy foram vender nos EUA, em sintonia com o ajuste.

As falas bombásticas de Lula, com idas e vindas, mais contraditórias que de hábito, terminaram defendendo outra vez Dilma, a coalizão e o ajuste. Pareceu querer alçar no marasmo para canalizar e compor de novo as coisas,

Até quando poderão enrolar?

Markus Sokol

Rio Grande do Sul repercute a crise

Longe de abrir uma saída

Duas semanas após o 5º Congresso, dia 27 de junho, o Diretório Estadual do Rio Grande do Sul se reuniu para aprovar uma “Carta de Porto Alegre”. Nas redes sociais a cúpula nacional questionou se era uma “revanche” à Carta de Salvador.

Parece, mas não é.

Aprovada por larga maioria, a resolução da qual me abstive, apela aos delegados do último congresso do PT para aderir a um recurso estatutário de convocação de um encontro nacional extraordinário do PT no 2º semestre.

De fato, nenhum quadro responsável deveria ser contra isso, depois do fiasco do 5º Congresso que, em meio à crise que vive o PT, não mudou nada. Mas daí a votar a longa Carta de Porto Alegre já é outra coisa.

No tema da corrupção, por exemplo, “reafirma seu compromisso de afastar do partido todos os que comprovadamente estiverem envolvidos em atos de corrupção”. Ou seja, se alinha com a operação Lava Jato e a cúpula do Judiciário que, desde o mensalão, não comprovam aquilo pelo que condenam e prendem, agindo como tribunal de exceção contra o PT.

A Carta, de fato, está na contramão da solidariedade mostrada no plená-

rio do 5º Congresso com o companheiro Vaccari injustamente preso.

Outro ajuste é possível?

Em outra passagem ainda pior, a Carta falsifica a emenda extraída do “Manifesto dos Sindicalistas Petistas” da CUT ao Congresso do PT, quando afirma que: “É incompreensível que o 5º Congresso tenha derrotado a resolução sobre a ‘defesa da democracia, da luta e dos direitos dos trabalhadores’ proposta pela CUT e pelos movimentos sociais, afirmando que é preciso fazer o ajuste sobre os mais ricos”.

A verdade é que a emenda é uma condenação explícita do Plano Levy. E os sindicalistas, em momento algum enveredam pelo pantanoso terreno de inventar um ajuste bom, “sobre os mais ricos”, tal como formulam certas correntes. Boa parte dos sindicalistas, aliás, considera o ajuste uma exigência do mercado para bancar o superávit primário e garantir pagamento da dívida aos bancos e especuladores.

Outra coisa, aí sim, seria taxar os ricos para investir nos serviços públicos, não para doar aos bancos como superávit.

Laércio Barbosa

Articula-se uma frente

Em defesa da Constituição?

Desde o 2º turno das eleições, debate-se uma frente, devido às ameaças golpistas, de um lado, e a crise do PT no governo, de outro.

Agora, chegou aos jornais a discussão entre os dirigentes do MST, do PT, PCdoB e outros movimentos (a CUT participa), para a formação de uma Frente Brasil ou Grupo Brasil.

Segundo o relatório de um dos articuladores será uma “frente popular”, “que reúna diferentes formas de organizações populares”, “não eleitoral, nem partidária”, mas “uma frente que precisa ser ampla, tanto no sentido de atrair setores do centro quanto no sentido de atrair os setores que se colocam mais à esquerda”. Portanto, o PMDB, designado no Brasil politicamente como “centro”, assim como outros setores socialmente burgueses, seriam chamados.

Frente para fazer o que?

Há uma programação de eventos, mas uma primeira indicação está no manifesto lançado para adesões. Seu eixo é combater a “quebra da legalidade democrática” – há seis referências à defesa da Constituição e da lei, uma para cada um dos seis temas dos seis parágrafos!

Os autores devem achar que esta-

mos ao abrigo do mal graças à Constituição em vigor.

Chegam a recomendar que “os inconformados com o resultado das eleições têm todo o direito de fazer oposição, manifestar-se e lançar mão de todos os recursos previstos em lei”.

Ou seja, o TCU, Tribunal de Contas da União, covil de ex-deputados bandidos, o STF, Supremo Tribunal Federal de exceção, além, do Congresso “mais conservador desde 64”.

Direito “a todos os recursos”, quer dizer direito ao golpismo, desde que jurídico-institucional!?

É verdade que há um pedaço de frase perdido “por outra política econômica, contra o ajuste fiscal”. Mas não se esboça sequer qual seria a “outra política”, nem tampouco o que fazer “contra o ajuste fiscal”.

Tal como está, o manifesto da frente não serve para defender os direitos dos trabalhadores nem para combater o golpismo. Ele só serve para defender as instituições que estão aí.

E, infelizmente, pode ser bastante utilizado para desorientar o movimento de massas, freando-o no limite da “legalidade” da Constituição reacionária em vigor - isso nunca deu certo.

João Alfredo Luna

AÇÃO PETISTA

“AGIR COMO O PT AGIA!”



“MANIFESTO É FRUTO DA UNIDADE DE AÇÃO QUE TIVEMOS NA CONJUNTURA”

Jacy Afonso, membro da Executiva Nacional da CUT e filiado ao PT em Brasília, foi coordenador de mobilização da campanha pela reeleição de Dilma. Jacy foi um dos encabeçadores do manifesto de sindicalistas petistas “O PT de volta para a classe trabalhadora”, dirigido ao 5º Congresso do PT, ao qual ele foi delegado, pela corrente Construindo um Novo Brasil (CNB). Em entrevista à página Diálogo e Ação Petista ele faz uma apreciação do 5º Congresso. Entrevista feita por Misa Boito.

O Congresso do PT cumpriu a expectativa de que ele sintonizasse o partido com sua base social?

Jacy Afonso – Eu esperava mais. Os delegados foram eleitos em 2013 e não houve debate preparatório. As resoluções não foram forjadas no processo de um debate congressual. Não soubemos avaliar a campanha eleitoral, não soubemos incorporar os movimentos, os militantes, as pessoas ao dia a dia do partido ou mesmo na organização/articulação do Congresso. As resoluções não foram fruto de um debate e reflexão na preparação. Estamos precisando de um congresso do partido que retome a discussão de ação no terreno do movimento social, na ação institucional e de governo. Hoje o centro gravitacional do partido é o governo.

As votações, em geral com pequenas diferenças, mostraram certo descongelamento nas bancadas de delegados. O que acha disso?

J.A. – Esse Congresso, por essa conjuntura complexa, permitiu que as pessoas saíssem das reflexões internas de suas correntes políticas que também não estavam com uma análise aprofundada dos temas. Portanto, houve muita diversidade. Portanto, é preciso uma avaliação profunda sobre as inflexões realizadas. Perceber esse processo é tarefa do PT, o que significa ação coletiva. Nenhuma corrente pode tentar capitalizar o momento. Temos que estar abertos a ouvir e encontrar, de forma democrática, nossos caminhos.

Nesse Congresso, muitos delegados não seguiram a orientação dos líderes de bancada. Isso é bom, pois mostra uma disposição de escutar as propostas, sem preconceito em relação a quem as está apresentando. Uma disposição como a de Apolônio de Carvalho. Ele ouvia e decidia em



Jacy Afonso, com bancários no Rio Grande do Sul

função do debate, era aberto a ouvir. Isso pode contribuir para que o PT tenha resoluções mais próximas de sua base social.

O Manifesto dos Sindicalistas, como acha que ele incidu no Congresso?

J.A. – Aliás, a grande novidade do Congresso foi o Manifesto dos Sindicalistas Petistas. É verdade que ele chegou com certo atraso às bases partidárias. Mesmo sendo divulgado na semana anterior, conseguiu capturar e expressar o sentimento da base social do PT. A manifestação ali expressa se configurou em grande quantidade de apoio, de subscrição àquela tese, mesmo com o pouco tempo em que foi articulado.

O Manifesto mostrou que, por mais que tenhamos divergências – ele é assinado por sindicalistas identificados com diferentes correntes do PT – pudemos elaborar um documento conjunto. A unidade de ação que tivemos na conjuntura durante todo o primeiro semestre é que permitiu isso.

O Manifesto impactou, mexeu, questionou, subsidiou. Mas avalio que o Congresso não soube aproveitar de maneira mais eficaz o sentimento da base social do PT ali expresso. Este momento poderia ter sido utilizado para forjar resoluções concretas. Não vejo as resoluções como nascidas a partir de um franco e profundo debate. Isso também se deve a não ter havido uma preparação anterior, as discussões se estabeleceram principalmente em Salvador.

O Congresso abriu uma saída para a crise que vive o partido?

J.A. – Infelizmente não vislumbro essa possibilidade. Mas, com as resoluções aprovadas, combinadas com a conjuntura, podemos ter uma ação

maior dos sindicalistas. Por exemplo: o Congresso do PT se manifestou contra o veto à fórmula do 85/95 para aposentadoria, incluída na Medida Provisória 664. E agora, com a pressão do movimento sindical, a bancada dos deputados do partido seguirá essa orientação? Para mim o melhor caminho é a derrubada

do veto e a abertura de um debate sobre o financiamento da previdência, sem progressividade.

Essa é apenas uma demonstração de que é preciso revitalizar a secretaria sindical. No Congresso assumiu um novo secretário, o companheiro Indalécio, do Rio. Precisamos chamar os sindicalistas a terem uma vida partidária, cotidiana, e não ficar só na ação sindical, distanciados dos projetos do governo e do Congresso Nacional.

E precisa mais: faz-se imprescindível que a direção do Partido saiba ouvir os sindicalistas, abrindo espaços democráticos e democratizantes. Não podemos ter a sensação de estranheza, de parte a parte, ao chegar no PT e querer participar efetivamente, contribuir com propostas importantes para os avanços necessários. Por isso, retomar e reorganizar o diálogo com os sindicalistas é fundamental para o aprofundamento dos debates que dizem respeito à classe trabalhadora.

Tenho certeza de que nosso papel de sindicalistas é prioritário e deter-

minante para a vida do partido, afinal este é o Partido dos Trabalhadores.

Um encontro de sindicalistas?

J.A. – Está aí uma boa proposta. Fazer um encontro nacional de sindicalistas petistas para discutir toda a pauta partidária pode trazer bons frutos. Os sindicalistas, e também os militantes dos movimentos sociais, devem ter o protagonismo na vida partidária e na luta direta. Hoje não temos orientação para os petistas nos movimentos sociais.

Começa o 2º semestre, o que vai predominar na pauta dos trabalhadores?

J.A. – Hoje o jornal Valor Econômico (6/2), publicou uma entrevista de página inteira com o ministro da Fazenda Joaquim Levy. Lá ele não só reafirma a política de ajuste fiscal como anuncia que vai aprofundá-la, abrir mais para o mercado, vender ativo, diminuir o papel do Estado. A ata do Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central, fala claramente que o aumento de salário é o responsável pela inflação. “Moderação salarial constitui elemento-chave para a obtenção de um ambiente macroeconômico com estabilidade de preços”, diz o BC no relatório. “A dinâmica salarial ainda permanece originando pressões inflacionárias de custos.”

Ao movimento sindical caberá ter muita unidade na ação para exigir do governo a reversão dessa política. Esse é o objetivo dos atos que a CUT chama para 28 de julho, em frente às sedes do Banco Central nos estados.

SEMINÁRIO FAZ BALANÇO DO 5º CONGRESSO

Atividade organizada pelo Diálogo e Ação Petista reuniu 32 militantes, vindos de cinco cidades da região do alto Tietê (grande SP). Na mesa, o vereador e líder de bancada da câmara de Guarulhos professor Samuel Vasconcelos, Rodrigo Valverde, presidente do PT de Mogi das Cruzes, João Batista da direção da CUT-SP, e Alessandra Felix, da executiva do PT de Suzano. Entre as falas da abertura, Samuel destacou que hoje o PT não tem o controle do governo e é minoritário no Congresso Nacional, “não fizemos a reforma política e nos acovardamos”, e con-

cluiu: “o PT está em perigo”. João Batista disse que o 5º Congresso mostrou a crise aberta no PT e a necessidade de mudança da política econômica, a ruptura com o PMDB e o fim do PED, três propostas que polarizaram o Congresso.

Nas mais de 15 intervenções em plenário vários companheiros destacaram a crise e a necessidade de defesa do PT. Na conclusão da discussão, propostas práticas foram encaminhadas. Entre elas a divulgação, na região, do Manifesto dos Sindicalistas Petistas e atividades em defesa da Petrobras.

Petroleiros chamam a luta em defesa da Petrobras

Plenária da FUP tira indicativo de greve contra os ataques à empresa

A 5ª Plenária Nacional da Federação Única dos Petroleiros (FUP-CUT), encerrada no último dia 5, decidiu por unanimidade que a defesa da Petrobras e do pré-sal será a pauta única da campanha salarial deste ano. A direção da FUP já protocolou junto à Petrobras a pauta política cujo objetivo é garantir a manutenção dos investimentos da empresa.

A direção da FUP aprovou também o indicativo de greve para o dia 24 de julho – a ser referendada por assembleias dos sindicatos estaduais da categoria – para barrar o Projeto de Lei (PL 131) do senador José Serra (PSDB-SP) que retira a obrigatoriedade da participação mínima da Petrobras na exploração do pré-sal, o que foi estabelecido no sistema de partilha, aprovado no segundo mandato de Lula.

A FUP se contrapõe também ao plano de desinvestimentos em curso na Petrobras, a venda de ativos e abertura de capital da BR Distribuidora.

“A prioridade da categoria petroleira agora é lutar contra o PLS 131 do Serra, que quer entregar o pré-sal às multinacionais, e barrar o plano de desinvestimentos anunciado pela empresa”, afirmou o coordenador da FUP, José Maria Rangel.

O PL de Serra, com apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB), não passou por nenhuma

comissão para, em regime de urgência, ir direto a votação em plenário. Os entreguistas não conseguiram por duas sessões colocar o PL em votação diante das mobilizações promovidas pela FUP, que ocupou os aeroportos e o senado com apoio de senadores para além do PT, como o senador Requião (PMDB-PR).

O presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), em declaração bem recebida pelo mercado, disse esperar que o Senado vote o PL de Serra. “Se o Senado votar, a Câmara votará em seguida. Se o Senado não votar, a Câmara no segundo semestre votará, tem proposta para isso”, disse Cunha.

Os governadores do PMDB Luiz Fernando Pezão (RJ) e Paulo Hartung (ES) já declaram apoio à proposta de Serra.

Por outro lado a Petrobras revelou o primeiro ativo da lista de desinvestimentos que pretende fazer até 2018. A estatal autorizou estudos para abrir o capital da Petrobras Distribuidora (BR), o que tornaria a BR uma empresa listada no Novo Mercado, segmento da BM&Fovespa. Para 2015 e 2016 a meta de desinvestimento é de US\$ 15,1 bilhões. Para 2017 e 2018 a meta é de US\$



Plenária nacional da FUP coloca no centro defesa da Petrobras

42,6 bilhões, somando até lá US\$ 57,7 bilhões. Já é dado como certo a Petrobras se desfazer de ativos controlados pela Gaspetro.

“Nós temos que ir para dentro da Petrobras discutir o plano de investimentos da empresa e barrar a venda de ativos e os cortes que terão impactos diretos não só para os trabalhadores, como para o desenvolvimento do país”, disse José Maria, referindo-se às demissões em massa, fechamento de empresas e desmobilização de diversos setores da economia nacional, como indústria naval, produção de máquinas e equipamentos, construção civil, entre outros. “Cabe, portanto, aos petroleiros, metalúrgicos, movimentos sociais, centrais sindicais e outras categorias organizadas defender a Petrobras e o Brasil do retrocesso

que está em curso no país”, acrescentou o coordenador da FUP.

Uma luta em defesa da nação

Os petroleiros têm razão! Barrar os ataques à Petrobras é uma questão de soberania nacional e por isso diz respeito ao conjunto da classe trabalhadora.

Resolução adotada na reunião de 30 de junho, a Executiva nacional da Central Única dos Trabalhadores afirma: “A CUT se opõe, igualmente, à proposta em andamento no Congresso, elaborada pelo senador José Serra (PSDB-SP), que prevê mudanças nas regras de partilha na exploração do petróleo para voltar ao regime de concessão e favorecer as empresas internacionais, fragilizar a Petrobras e impedir que recursos oriundos da exploração do pré-sal sejam destinados à educação e ao desenvolvimento de políticas sociais. Manifesta preocupação com a política adotada pela direção da Petrobras de venda de ativos e cortes nos investimentos, que além de poder gerar desemprego direto e indireto, diminui o papel da empresa na retomada econômica necessária para a nação”.

Agora é mãos à obra para construir a mais ampla unidade em defesa da Petrobras, o que começa por todo apoio à greve dos petroleiros!

Nilton de Martins

Mobilização garante empregos

Petrobras vai assinar acordo para a construção de plataformas em Rio Grande (RS)

No último dia 2 de julho, em frente à sede da Petrobras, na cidade do Rio de Janeiro, por volta das 16:00h, uma delegação de cerca de 200 trabalhadores e militantes dos movimentos populares de Rio Grande (RS), finalmente, recebeu a notícia pela qual tanto batalharam nos últimos meses: estava sendo elaborada a ata para ser assinado o acordo entre o Consórcio QGI e a Petrobras para a construção das plataformas P75 e P77 no Polo Naval de Rio Grande, que garantirá, aproximadamente, 8,5 mil empregos na região.

Entrevistamos o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Alimentação de Rio Grande e dirigente da Regional Litoral Sul da CUT/RS, Reginaldo Silveira Rodrigues, o Cacá.

O Trabalho – O que aconteceu após a mobilização de 12 de fevereiro deste ano e a promessa de Dilma



Pressão em frente à Petrobras, trabalhadores são recebidos

de manutenção da produção local das plataformas?

Cacá – Naquela data, paramos a cidade e reunimos 5 mil trabalhadores num ato para exigir a manutenção dos empregos e defender a Petrobras. Mas, passando o tempo, fomos percebendo que por conta da Lava-Jato, das denúncias, dos cortes de in-

vestimentos e da pressão sobre Petrobras, esse objetivo estava se afastando e foi ficando clara a necessidade dos movimentos sindical e populares de voltar a agir. Tínhamos o Comitê em Defesa do Polo Naval de Rio Grande e a carta aprovada no ato do dia 12 de fevereiro e fomos à luta, de novo.

OT – Como foi a formação da delegação ao Rio de Janeiro e qual sua composição?

Cacá – A proposta foi construída aos poucos. Acompanhamos as negociações entre a Petrobras e a QGI. Quando ficou claro que as plataformas estavam em risco, organizamos a ida ao Rio de Janeiro em dois, três dias. Participaram trabalhadores de

várias categorias e militantes dos vários movimentos populares da cidade e da região. Foi fundamental o apoio da CUT, da Federação dos Metalúrgicos da CUT/RS e do prefeito da cidade, Alexandre Lindemayer (PT).

OT – Como foi a negociação na Petrobras?

Cacá – O prefeito Alexandre foi na frente para organizar a agenda de reuniões. Fomos recebidos pelo diretor da Petrobras, Roberto Mouro, e a delegação esperou na porta da empresa. Finalmente, às 14:30h do dia 3, recebemos a notícia de que estava garantida a produção das plataformas no Polo de Rio Grande. Daí foi uma confraternização geral, muita emoção!

Tenho certeza de que, nessa luta, foi fundamental a paralisação de 12 de fevereiro, a carta aprovada no ato nesse dia, as ações do Comitê e a vontade do governo.

PPE: “vitória” ou tiro no pé?

Redução de jornada com redução salarial vira MP do governo

Em 6 de julho, o governo editou a Medida Provisória 680 que cria o Programa de Proteção ao Emprego (PPE), com validade até dezembro de 2016.

Lançado com apoio da UGT, Força Sindical e de dirigentes metalúrgicos da CUT, da Anfavea (fabricantes de veículos) e outras entidades patronais, o PPE se inspira no programa de “jornada reduzida” alemão: em momentos de crise das empresas, se reduz a jornada e os salários.

Nunca houve uma deliberação da direção da CUT de apoio ao PPE, mas o ramo metalúrgico da central patrocinou a proposta e a vinha negociando com empresários e governo há meses.

A “Tribuna Metalúrgica”, órgão do sindicato do ABC, com o anúncio da MP, estampou em sua capa: “Vitória!”. Será mesmo, ou é um tiro no pé, num momento em que a CUT vem combatendo o ajuste fiscal de Levy que provoca recessão e desemprego?

Como funciona o PPE?

É a redução temporária da jornada de trabalho e de salários em até 30% pelo prazo de seis meses, prorrogáveis até um ano. A empresa que aderir paga o salário na mesma propor-



Acampamento de trabalhadores demitidos da Mercedes, na porta da empresa

ção da redução da jornada e o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) subsidia a metade da redução salarial (se for de 30%, entra com 15% a mais no salário reduzido) até o teto de 65% do maior benefício do seguro desemprego (R\$ 900,84). O FGTS e INSS serão pagos pelo patrão com base no salário reduzido e o FAT complementar com base no subsídio que aportar.

Assim, com uma jornada reduzida a 70%, quem ganhava 2.500 reais ficaria com 2.125 (85% do salário), mas quem ganhava 8.000 reais ficaria com 6.501 (81% do salário).

Sérgio Nobre, metalúrgico do ABC que é secretário geral da CUT, apresentando o PPE no site da central, diz que “entre as medidas que existem por lei para evitar o desemprego durante a crise, o PPE é a que menos prejudica o trabalhador”, com-

parando-o com o “lay-off” (suspensão de contrato com o trabalhador recebendo o seguro desemprego). Logo, prejudica menos, mas ainda assim prejudica!

Em resumo: os patrões pagam salários reduzidos com a redução da jornada e quem complementa até o máximo 900 reais é o FAT, cujos recursos são dos próprios trabalhadores! Assim, os patrões, que reclamam que “demitir é caro no Brasil”, economizam reduzindo salários de uma mão de obra que podem precisar mais à frente. É bom frisar que a adesão ao PPE é voluntária, então se os patrões preferirem podem optar pelo “lay off”.

E o trabalhador? Mantém o emprego por no máximo um ano, com salário e benefícios reduzidos. Depois terão estabilidade de no máximo quatro meses. Se “não der certo”, isto é, se o Plano Levy seguir gerando recessão e desemprego (como a própria CUT analisa), ele vai para a rua!

O PPE é uma falsa saída para a crise no emprego, a qual exige a mu-

dança imediata da política econômica. O debate vai ser quente na CUT, voltaremos a ele.

Julio Turra

NA MERCEDES, 73% DE “NÃO” À REDUÇÃO DE JORNADA E SALÁRIO!

Em 2 de julho, os metalúrgicos da Mercedes Benz em São Bernardo rejeitaram a proposta acordada pela direção do sindicato e a multinacional que reduziria, durante um ano, a jornada de trabalho em 20% e o salário em 10%, com estabilidade no emprego no mesmo período e a recontração de 300 demitidos que ficaram acampados 26 dias diante da empresa. A proposta ainda previa reajustes abaixo da inflação nos próximos dois anos.

Após assembleia na porta da empresa, em que os dirigentes defenderam a proposta, nos moldes do PPE que iria virar MP quatro dias depois, a votação em urna deu 73% para o “Não”!

Isso demonstra que os trabalhadores não querem pagar o custo da crise com o corte de salários e benefícios e atualiza a luta por nenhuma demissão!

Cresce mobilização dos servidores federais

Greves em curso e que se preparam chocam-se com o ajuste de Levy

As mobilizações e greves dos servidores federais, que engrossaram as jornadas de luta da CUT contra o ajuste fiscal (Plano Levy), obrigaram o governo a antecipar as negociações.

Mas a primeira proposta, apresentada em 25/06, ignorava as perdas salariais de 27,3% (inflação de 2010 a 2015, sem os reajustes) e oferecia reajustes a conta-gotas (cerca de 5% ao ano) até 2019. O governo ainda queria condicionar os demais itens da pauta à aceitação dessas condições rebaixadas.

Discutida nas instâncias das entidades do Fórum dos Federais, a proposta foi rejeitada. Posição apresentada, em 07/07, ao Secretário das Relações do Trabalho (SRT), Sérgio Mendonça, que, alegando o “ajuste fiscal”, afirmou que é mínima a margem para melhorar o reajuste, mas que iria levar os pleitos à presidente Dilma. A próxima reunião, em 21/07, discutirá também outros pontos da pauta, como o reajuste dos

benefícios (vale-refeição, auxílio-saúde) e a regulamentação da convenção 151 da OIT (negociação coletiva). Até lá a SRT se comprometeu a negociar com as entidades que têm pautas setoriais, como a Condsef.

A reestruturação do plano de carreira é também reivindicada pelos docentes em sua greve nacional que já atinge 39 universidades federais.

Disposição de luta

Os servidores decidiram fortalecer as greves em curso (além dos docentes, servidores das universidades, judiciário, INSS e escolas técnicas) e preparar a greve nos demais setores com indicativo em 22 de julho.

A CUT, em nota de sua Executiva nacional afirmou “total apoio à campanha dos servidores públicos federais, pois entende que uma política de valorização dos servidores públicos é um princípio básico do respeito aos direitos dos trabalhadores/as e dos cidadãos, e condição funda-

mental para avançarmos na consolidação de políticas públicas e serviços de qualidade para a população”. “Não é aceitável que o ajuste fiscal do governo e os recursos para garantir o superávit primário, mecanismo de transferência do dinheiro público para o capital, recaiam sobre os servidores públicos”, diz ainda a

nota, concluindo que “a CUT estará ao lado dos trabalhadores e trabalhadoras e apoiará todas as iniciativas de mobilização dos servidores na defesa de suas reivindicações, inclusive a greve já deliberada pelas entidades nacionais de servidores públicos federais” (30/06).

Edison Cardoni

AÉCIO: REAJUSTE DO JUDICIÁRIO “TEM QUE SER VETADO”

Após 30 dias de greve, os servidores do Judiciário estão num impasse. O governo foi contra o Projeto de Lei (PL) de reestruturação da carreira, apresentado ao Congresso pelo presidente do STF. Em meio à negociação tentada por pressão dos servidores cutistas, setores de direita do movimento (Anata), com esquerdistas do PSTU, uniram-se à direita parlamentar para o confronto com o governo. Criaram um “movimento” #deixavetar, para aprovar o PL e provocar o veto de Dilma que, segundo eles, seria depois derrubado. Uma vez aprovado o PL, num acordo Renan-Aécio, ficou claro que Dilma vai vetar. Em entrevista de 7 de julho, Aécio Neves explicou que “a oposição votou de forma pedagógica para mostrar que não havia governo. De certo que a presidente vai vetar, tem que ser vetado”. Nesta situação, a posição dos cutistas é exigir que o STF retome seu projeto e busque uma saída para garantir o reajuste dos servidores.

Os acordos de Dilma com Obama

Afinal, o que a presidente trouxe de sua visita aos EUA?

A viagem de Dilma para encontrar-se com Obama em Washington, em meio à crise instalada no Brasil que ameaça diretamente o seu mandato, resultou na assinatura de quinze acordos em diversas áreas.

Começamos pelos de caráter militar. Às vésperas do embarque, o ministro da Defesa Jacques Wagner, conseguiu do Congresso a ratificação de acordos que estavam empacados desde 2001.

O primeiro é o Acordo de Cooperação na Defesa (DCA, sigla em inglês), que promove a troca de informações e experiências nas áreas de tecnologia, aquisição de equipamentos e treinamento conjunto, prevendo visitas de delegações a instalações militares, intercâmbio de instrutores e estudantes de escolas militares e facilidades no comércio de armamentos.

Segue-se o Acordo Geral de Segurança da Informação Militar (Gsomia, sigla em inglês), que compartilha informações de segurança nacional sigilosas, proibindo que as mesmas sejam repassadas para outros países. Tal acordo tornaria supérflua a espionagem à qual se dedicavam os EUA e que provocaram a anulação, em protesto, da viagem de Dilma àquele país em 2014.

Outro é o Acordo de Cooperação para o uso Pacífico do Espaço, que reabre para os EUA a possibilidade de utilizar a Plataforma de lançamento de satélites de Alcântara



Dilma com Obama nos EUA

(MA). Ainda há os acordos de “céu aberto”, liberando o espaço aéreo, e o de parceria para a produção de bicombustível para aviões.

Acordos na área econômica

Com a pretensão de dobrar em dez anos o fluxo comercial entre os dois países, foram assinados acordos de “convergência regulatória” e facilitação do comércio. Com eles o Brasil conseguiu abertura para exportar carne in natura para os EUA – motivo de festa para a JBS, Friboi e que tais – com a contrapartida de isenções aduaneiras para produtos “made in USA”.

Numa reunião organizada pelo ministro da Indústria de Dilma, o ex-presidente da CNI Armando Monteiro, entre empresários brasileiros (cerca de 90 acompanharam a delegação) e locais, foi adotada uma moção favorá-

vel a um tratado bilateral de livre comércio. Se este objetivo dos EUA não se materializou por hora, o fato é que o terreno foi aberto.

Assim, justifica-se a resolução da Executiva da CUT de 30 de junho quando diz: “A CUT é contra a assinatura de acordos de livre comércio bilaterais – seja com a União Européia, seja com os Estados Unidos – e propõe que qualquer ação governamental neste sentido passe por prévia e ampla discussão com a sociedade brasileira”.

Outros acordos

Temas caros à diplomacia brasileira, independente do seu mérito, como o assento no Conselho de Segurança da ONU, não fizeram parte da agenda. A imprensa deu destaque aos acordos visando a Conferência do Clima da ONU, COP-21 em Pa-

ris: redução de gases de efeito estufa e preservação de florestas, com o Brasil prometendo zerar o desmatamento até 2030.

O acordo “Global Entry” só facilita a entrada nos EUA de empresários que viajam para realizar negócios de forma frequente, o cidadão normal continua na fila para o visto.

Há ainda o acordo sobre a Previdência, que faz valer o tempo de contribuição para aposentadoria de brasileiros que vivem lá e de estadunidenses que vivem aqui, e a obrigação recíproca de envio de informações por parte das instituições financeiras dos nomes, bens e rendas de pessoas sujeitas a impostos, o que combateria a evasão de divisas e lavagem de dinheiro.

O vergonhoso, para a própria história de Dilma, foi o elogio feito por ela a Henry Kissinger, homem forte do governo dos EUA no apoio à ditadura militar que a torturou. Mas ele é apenas a parte mais trágica do que parece ser uma busca de apoio no centro do imperialismo para superar o isolamento político em que seu governo se encontra no Brasil.

Se é assim, Dilma errou de enredo, pois não será o imperialismo dos EUA, que busca impor seus interesses contra a vontade dos povos em todo o mundo, quem vai “estabilizar” o seu governo. Muito pelo contrário!

Lauro Fagundes

Congresso avança na contrarreforma política

Mudanças eleitorais pioram ainda mais sistema político

Foi aprovada, em segundo turno, no último dia 7, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC182, antiga PEC 352, da reforma política). Essa PEC é uma verdadeira contrarreforma, votada a toque de caixa, para que manter e aprofundar o sistema político atual que privilegia empresários, banqueiros e latifundiários, em detrimento dos interesses do povo.

O primeiro turno da votação, caracterizado pelos desmandos de Cunha, ficou marcado pela constitucionalização do financiamento de empresas a partidos políticos, retrocesso que faz com que aumente a deformação da representação democrática do povo brasileiro pela interferência do poder econômico. Isso, enquanto 74% dos brasileiros são contrários ao financiamento privado de campanha, segundo pesquisa Datafolha. A PEC é cha-

mada pelos movimentos sociais de “PEC da Corrupção”.

Além disso, foram aprovadas: mudança da duração dos mandatos para cinco anos (inclusive senador), instituição da cláusula de barreira (pela qual só terão acesso ao Fundo Partidário partidos que tenham eleito parlamentares ao Congresso). Outros retrocessos, como a instituição do distritão, proposta defendida por Cunha e Temer (PMDB), fortalecendo candidaturas individuais em detrimento ao papel dos partidos políticos, e a coincidência de eleições municipais e gerais, afastando a população por ainda mais tempo do debate político (ainda mais com mandatos de cinco anos!), não foram aprovados, apesar das manobras e articulação do presidente Cunha.

Outros pontos aprovados: fim da reeleição para presidente, governado-

res e prefeitos; a constitucionalização da fidelidade partidária (que faz com que políticos que mudem de partido possam perder seus mandatos); emissão de comprovante de voto impresso além do eletrônico; mudanças na idade mínima para candidatos e nas datas de posse de governadores e presidente.

Agora a Câmara Federal passa a votar destaques e depois a PEC vai para o Senado.

Reforma, só com uma Constituinte

É de se esperar que o “Congresso mais conservador desde 1964” (Diap) não possa dar as respostas para os anseios de soberania e justiça social da população brasileira, que já nas manifestações de junho de 2013 deixou claro que o sistema político atual não a representa. É por isso que há quase dois anos cente-

nas de entidades se organizaram em torno de uma campanha por uma Constituinte Exclusiva e Soberana do Sistema Político.

Em setembro de 2014, essa campanha reuniu quase oito milhões de brasileiros em defesa de uma reforma política, através de uma Constituinte, para destravar as mudanças que o povo precisa, e abrir caminho para outras reformas essenciais.

Numa conjuntura na qual se destaca a luta para por fim ao Plano Levy, que impõe sacrifícios à maioria do povo, a Constituinte Soberana do Sistema Político segue na pauta, como única saída para a crise das instituições, aberta em 2013. Para discutir como prosseguir esta luta é que se organiza, para a primeira semana de setembro, o Encontro Nacional pela Constituinte.

Pablo Valente

L Levy declara: é preciso acelerar o plano de desastre

Em seis meses de ajuste, as condições de vida se deterioram rapidamente

Em recente entrevista ao Valor Econômico o ministro Levy declarou que “a estratégia tem que ser de acelerar o ajuste”. Isso quer dizer abrir mais para o mercado, atacar mais direitos e salários, cortar mais gastos sociais. É a estratégia para afundar o país!

Como mostram os seis primeiros meses do ajuste comandado por Levy, que começa a levar o país a uma profunda recessão e ao desemprego. Fazendo o que os banqueiros (e Aécio) defendiam nas eleições de 2014, Levy ameaça tudo o que foi conquistado na última década. E o ajuste está só começando!

Para “ajustar as contas públicas e a inflação”, gastos sociais são cortados, direitos trabalhistas são quebrados, serviços públicos são privatizados e os juros são elevados. A dívida pública cresce mais, tanto por causa dos juros como devido à própria recessão – que reduz a arrecadação.

Para frear essa situação, a estratégia é uma política econômica, sem superávit fiscal primário e sem ajuste fiscal. O dinheiro arrecadado deve ser utilizado em benefício do povo e não para pagar juros aos banqueiros. Aumentar imposto dos ricos, sim! Não para o superávit, mas para a saúde, educação e transportes públicos com fortes investimentos estatais. Os juros precisam cair fortemente e o câmbio ser centralizado para impedir a fuga de capitais.

Alberto Handfas

1. Desemprego acelera sem parar

Há seis meses a taxa de desemprego sobe ininterruptamente, é sempre maior que o mesmo mês do ano passado. Em maio atingimos 6,7%.

É verdade, esse índice já foi muito maior: FHC deixou um país com taxa acima dos 12%. O forte crescimento da economia aliado a fatores demográficos permitiram a queda da taxa de desemprego e o aumento da formalização no mercado de trabalho durante a última década de governos do PT.

Mas agora, com o Plano Levy, isso é revertido. A alta dos juros e os cortes de gastos públicos visam entre outras coisas “esfriar o mercado de trabalho”, baratear os “custos salariais”, e “segurar a inflação”.

Como mostra o gráfico a seguir, a taxa de desemprego cresce de maneira desesperadora.

Essa alta no desemprego traz um problema ainda maior à classe trabalhadora: emprego formal sofre queda acentuada. Já foram fechados



cerca de 300 mil postos de trabalho com carteira assinada neste semestre, número que deve aproximar-se de um milhão até o final deste ano.

A crise está chegando agora a todos os setores. No início do ano atingiu em cheio a indústria. Agora, com a queda no consumo, empresários do varejo e serviços se convenceram de que a crise será longa. Empresas que começaram dando férias coletivas e afastamento temporário hoje já demitem sem dó.

2. Queda da renda dos trabalhadores

A combinação de alta da inflação, demissões, queda no poder de barganha dos sindicatos, e portanto, nos salários reais nos últimos seis meses, provoca rápida retração na renda dos trabalhadores, em proporção inédita.

A massa salarial real – a soma dos salários (desconsiderando o 13º) de todos os trabalhadores ocupados, com ou sem carteira, tirando os efeitos de inflação – caiu 6% no primeiro semestre em relação ao mesmo período de 2014, segundo dados da Pesquisa Mensal de Emprego do IBGE (regiões metropolitanas).

O gráfico abaixo mostra que tal queda vertiginosa é a pior dos últimos 12 anos (só não supera a deixada por FHC, de 12% no último semestre de seu mandato). Nem na recessão de 2009, apesar da crise financeira internacional, houve queda nessa magnitude.

Em doze anos de governos petistas, os trabalhadores foram à luta e arrancaram aumentos reais de salários. A Política de Valorização do Salário Mínimo e o baixo desemprego fizeram a massa de renda dos trabalhadores crescer. Mas isso está indo pelo ralo com o Plano Levy.

3. Queda no consumo das famílias trabalhadoras

A queda da massa salarial vai aparecer sobre a economia na forma de queda no consumo das famílias. E

este último enfraquecido gera uma espiral depressiva: com menor expectativa de consumo, as empresas investem menos, produzem e contratam menos. Em parte, esses efeitos já aparecem neste momento: nas contas do PIB, o consumo das famílias deve cair cerca de 2% no segundo trimestre frente ao primeiro.

A queda na massa salarial compromete o orçamento da família trabalhadora. Para piorar, a parcela de famílias endividadadas passou de 39,3% em janeiro para 55,1% em maio (FecomércioSP). Em junho, a intenção de consumo das famílias ficou 26% abaixo do índice registrado em junho do ano passado.

4. Restrição de direitos (MPs)

No “ajuste nas contas públicas deficitárias” o ministro Levy implementa ataques aos direitos e conquistas dos trabalhadores. Ao contrário da retórica, o ajuste não é passageiro, “economizar um pouco agora para crescer e melhorar mais tarde”.

O ajuste visa também e sobretudo medidas e contrarreformas: a Previdência Social e os direitos trabalhistas estão sendo gravemente atacados com as Medidas Provisórias (MPs) 664 e 665, já aprovadas. Elas restringem o acesso ao seguro desemprego, ao abono salarial e a benefícios da Previdência.

O Plano Levy visa a redesenhar o papel dos bancos públicos: a Caixa Econômica já mudou a regra para o financiamento habitacional de imóveis usados – obrigando uma entrada de 50% do valor do imóvel. É o que os banqueiros privados queiram. Sem opção agora, o comprador do

imóvel terá que recorrer aos bancos privados – únicos a manter a regra de 20% de entrada – que exigem juros altos. Além disso, a MP 663 limitou os repasses da União ao BNDES em R\$ 50 bilhões.

O governo promoveu uma elevação geral das tarifas. Subiu o preço da gasolina, diesel e eletricidade. Metade da inflação acumulada no ano (mais que nos anteriores) é causada pelos itens transporte e habitação, que refletem esse tarifaço.

5. Privatização

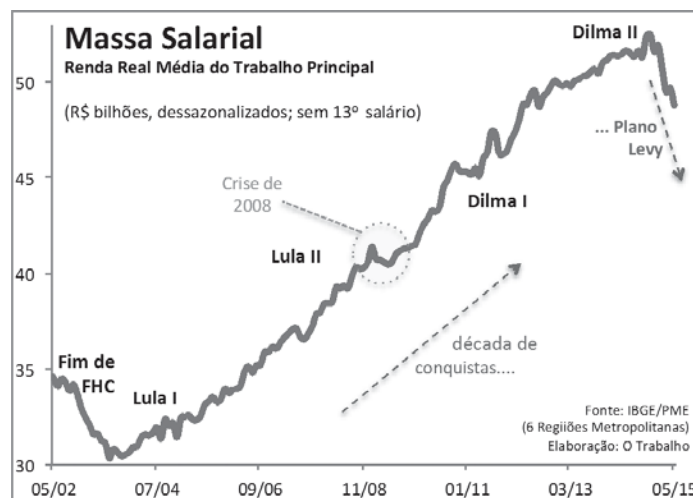
A Executiva Nacional do PT saudou “as iniciativas recentes do governo para retomar o crescimento: Plano de Investimento em Logística” como “ações indicam uma retomada positiva do nosso projeto nacional de desenvolvimento”. Engano, são medidas na lógica do ajuste! Nas intenções declaradas de Levy, são mais um passo nas privatizações. Foi alterado o modelo de concessões de serviços públicos ao setor privado: leva quem fizer a maior oferta aos cofres públicos, e não quem oferecer a menor tarifa ao usuário combinada com mais investimentos. O resultado serão tarifas e pedágios elevados, com os usuários pagando o lucro da concessionárias e o valor pago por ela ao governo para obtenção da vitória no leilão.

6. Corte de gastos

O corte de gastos de R\$ 70 bilhões atingiu principalmente a Saúde, Educação, Cidades e Transportes.

A Educação foi a mais afetada com os cortes nas despesas discricionárias nos cinco primeiros meses do ano e uma queda de 10,4% dos repasses em relação ao ano passado. Universidades e escolas técnicas estão com dificuldades de se manter funcionando. O mesmo ocorre com hospitais devido aos cortes na Saúde. As despesas para o programa Minha Casa, Minha Vida, apresentaram uma queda de 33,6%.

Enquanto isso, a elevação de juros já transferiu, desde janeiro, R\$ 150 bilhões aos rentistas. O governo cortou do povo R\$ 70 bi e transferiu aos banqueiros – detentores dos títulos da dívida pública – R\$ 150 bi.



Papa quer que aceitemos “um certo decréscimo”

Reproduzimos artigo publicado, como tribuna livre, em *Informações Operárias*, jornal do Partido Operário Independente (POI) da França, sobre a encíclica “Laudato si”, divulgada recentemente pelo papa. Edição e intertítulo são da redação de “O Trabalho”.

Ao assumir o posto de papa, o bispo jesuíta Jorge Mario Bergoglio adotou o nome de Francisco, forma de se colocar como alguém próximo aos pobres, a exemplo de São Francisco de Assis, fundador da ordem dos franciscanos.

Passemos pelo estilo antiquado de “Laudato si”, próprio ao catecismo religioso, para enxergar qual é o centro da mensagem de Bergoglio, soberano do Vaticano, limpo de sua banalidade “ecológica”. A ecologia é uma ciência, e não uma opinião, como querem fazer crer os ecologistas políticos, os governos e as igrejas. O jornal “Le Figaro”, de 16 de junho, afirmou: “O papa ratificou hipóteses científicas majoritárias (as do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima [IPCC] – NdR), mas controversas, sobre o aquecimento climático, que ele considera real”. Se o aquecimento climático é incontestável, suas causas ainda são incertas.

“(...) chegou a hora de aceitar um certo decréscimo (...). A espiritualidade cristã propõe um crescimento na sobriedade e uma capacidade de se alegrar com pouco (...) sem estar obcecado pelo consumo”. A mensagem é muito política, e seu mérito é a clareza. Por meio de uma fórmula central – “a Terra, nossa casa comum” –, a doutrina social da Igreja é reafirmada: “As duas classes não são inimigas, mas complementares. Ricos e pobres, capital e trabalho devem colaborar”. A encíclica “Rerum Novarum”, do papa Leão 13, de 15 de maio de 1891, afirma: “O erro capital na questão presente é crer



que as duas classes são inimigas natas uma da outra, como se a natureza tivesse armado os ricos e os pobres para se combaterem mutuamente num duelo obstinado. Isto é uma aberração (...), as duas classes estão destinadas pela natureza a unirem-se harmoniosamente e a conservarem-se mutuamente em perfeito equilíbrio”.

Quando o grande capital organiza o desemprego nos países avançados, ataca as condições de vida sanitárias, escolares e universitárias, reservando o essencial dessas atividades para o setor privado, como nos Estados Unidos, ou, por de meio de reformas sucessivas, privatiza-os progressivamente, como na França, na Espanha ou na Itália; quando ele ataca o direito ao trabalho, com o fim da proibição do trabalho noturno para as mulheres (na França – NdR), contratos de trabalho de duração determinada em lugar dos de duração indeterminada, estabelecimento de um teto para indenizações por demissão (...), bloqueio dos salários

dos servidores e dos aposentados, diminuição das verbas sociais, degradação dos encargos assumidos pela Seguridade Social para tratamentos médicos e medicamentos... Esse arsenal de medidas coloca o mundo do trabalho em condições de se alegrar com pouco...

Questionamento de conquistas

O grande capital não esperou a encíclica para impor um decréscimo por meio da sobriedade. Ele terá na “Laudato si” um ponto de apoio para prosseguir com o questionamento das conquistas da Revolução de 1789 e as conquistas da classe operária.

O chefe da Igreja Católica convida os trabalhadores e as massas a apertar os cintos. Isso quando 14% dos assalariados, na França, não ganham 987 euros por mês e quando 50% ganham menos do que 1.650 euros (o aluguel médio na França é de 614 euros mensais); quando, em países como Bulgária, Romênia, Lituânia, República Tcheca, Hungria, Eslováquia, Letônia, Estônia, Croácia e Po-

lônia, o montante do salário mínimo mensal é inferior a 500 euros e o nível de pobreza se situa em média a 255 euros; quando 121 milhões de europeus (21% da população europeia) vivem abaixo desse nível (fonte: economie.matin.fr). E o que dizer da sobriedade forçada de que são a prova viva os gregos, os portugueses e os espanhóis?

Querendo parecer próximo aos pobres (“A tradição cristã nunca reconheceu como absoluto ou intocável o direito à propriedade privada”), o papa aparece, para alguns, como “à esquerda”. Na França, o movimento Europa Ecologia-Verdes felicitou amplamente, em 19 de junho, a publicação da encíclica “Laudato si”. Para “L’Humanité”, jornal do Partido Comunista Francês (PCF), “é hora de reconhecer a necessidade de mudar de governança, de estilo de vida, de modelos de produção e de consumo para lutar verdadeiramente contra a crise socioambiental que a encíclica denuncia”.

A encíclica, ainda que denuncie alguns defeitos do sistema financeiro (“A finança sufoca a economia real”), opõe os trabalhadores e os camponeses mais explorados aos demais, tomando todos os cuidados para não questionar a ordem estabelecida: “Por isso, chegou a hora de aceitar um certo decréscimo do consumo nalgumas partes do mundo, fornecendo recursos para que se possa crescer de forma saudável noutras partes”. Para quem a divisão é uma arma? Para o capital e as igrejas.

Claude Dubois, livre-pensador

A Verdade 85 destaca a situação na Grécia



Com um artigo sobre a explosiva situação da crise na Grécia, chega agora às mãos dos leitores a revista **A Verdade** número 85. O destaque da edição são os artigos dando conta da chegada do Syriza ao poder na Grécia, como fruto da oposição do povo grego aos planos de ajuste estrutural do FMI e da União Europeia, que devastam a economia do país em nome do pagamento da dívida com os credores. O resultado das eleições na Grécia ameaça a zona do euro (moeda comum de 18 países) e provoca uma onda de choque que acirra

a luta de classes nos demais países europeus.

Outro destaque da edição é o artigo que analisa a “normalização” das relações entre Estados Unidos e Cuba, medida com a qual o principal país imperialista do globo mal disfarça sua intenção de modificar radicalmente as relações de produção existentes no país caribenho, pressionando pelo fim do regime de propriedade social dos meios de produção.

Esta edição de **A Verdade** traz ainda uma matéria dando conta da vida do camarada Edmund Baluka, líder

operário polonês morto em 2014, que travou uma batalha de décadas pela Revolução Política na Polônia sob a bandeira da 4ª Internacional, na perspectiva de que a classe operária pudesse derrubar do poder a burocracia stalinista e manter a propriedade social dos meios de produção. As lições de seu combate são um elemento importante para a formação política das novas gerações.

Preço: R\$20,00

Adquira seu exemplar com os militantes de O Trabalho

Venezuela, o cenário eleitoral que se avizinha

Eleições para a Assembleia nacional serão em 6 de dezembro

A Venezuela está numa encruzilhada em seu processo político: avançar ou ceder às pressões do imperialismo e do capital.

As eleições para a Assembleia nacional de 6 de dezembro se convertem em cenário desse combate, no qual os trabalhadores devem intervir, pois uma derrota eleitoral de Maduro significaria abrir um caminho para reverter as conquistas obtidas nos últimos 15 anos.

Ao mesmo tempo, a direção chavista do PSUV, adotando uma política de negociações e concessões, faz todo o possível para evitar a decisão que o conjunto da situação exige, ou seja, a de aprofundar a ruptura com o imperialismo.

O cenário eleitoral se desenha com o PSUV e partidos aliados se apoiando em frentes sociais baseadas numa militância aguerrida, o que lhe dá a possibilidade de conquistar votos. De outro lado, a oposição de direita (MUD) caracteriza-se pela inércia e fragmentação. Assim é factível que o



Manifestação em Guayana, em fevereiro, contra ingerência dos EUA

chavismo mantenha maioria na Assembleia nacional. Mas, ganhar as eleições não é garantia de avanços, como se viu em outros países da América Latina, como o Brasil.

O que fazer?

O problema real, que está na base da crise econômica que atravessa o país, é que a renda do petróleo, ainda que retida pelo Estado na sua ori-

gem, está estruturalmente destinada a uma burguesia local visceralmente ligada ao imperialismo que, com seus grandes excedentes em bolívares (moeda nacional, NdT), provoca inflação e fuga de capitais.

Qualquer estratégia que não identifique este problema central, e que, em consequência, não

ataque os privilégios baseados na propriedade privada detida pela burguesia associada ao imperialismo, é irrealista e pode se traduzir numa aposta de permanecer no poder pelo poder, o que apenas prolongaria o impasse.

Desta forma, os militantes do movimento dos trabalhadores enfrentam uma situação complexa. Para além de trabalhar para derrotar a di-

reita pró-imperialista nas eleições, devemos levantar uma plataforma de exigências aos candidatos do PSUV e aliados que expresse a defesa da soberania da nação contra a ingerência do imperialismo e em defesa das conquistas sociais e trabalhistas, ameaçadas num cenário de crise econômica aguda.

Tal postura se liga ao combate por uma central sindical legítima e autônoma – diante da fragmentação existente desde o desmanche da UNT – e pela construção de uma expressão política própria da classe trabalhadora – que o PSUV não é, dado seu caráter de partido de Estado e policlassista – que alavanquem a organização dos setores populares que constituem a maioria da nação. Esta é a orientação do Coletivo Trabalho e Juventude, que se dispõe a construir espaços de ação conjunta com outros setores que intervenham no movimento operário.

Correspondente

Nem um dia mais de Rajoy e sua política!

Conferência chama a mais ampla unidade contra planos do governo espanhol

No dia 27 de junho em Madrid se realizou a Conferência Operária, promovida pelo Comitê para a Aliança dos Trabalhadores e dos Povos. Mais de 150 trabalhadores, militantes, sindicalistas, jovens, movimentos populares de diferentes regiões do Estado espanhol, discutiram a situação após as eleições municipais e regionais.

A declaração final da Conferência registra o sentimento do povo de que é possível derrotar o PP (Partido Popular, herdado da ditadura franquista), de Mariano Rajoy, que, após a derrota eleitoral nas urnas em 24 de maio, no dia seguinte às eleições busca manter sua política.

Como em toda Europa, a União Européia, o FMI, as instituições do capital financeiro, exigem a manutenção da política de austeridade, para avançar nas "reformas", ou seja, continuar os ataques aos trabalhadores e suas conquistas, inclusive a democracia.

Assim, seu ministro Montoro adverte que os municípios devem manter o cumprimento da Constituição reformada pelas agências internacionais e assegura que: "depois de 24 de maio, os novos governantes têm

uma legislação que tem que cumprir. São as regras de gastos e o teto da dívida". Ou seja, eles foram derrotados nas urnas, mas tudo deve seguir do mesmo jeito, não há respeito algum à democracia dos povos.

Mas os trabalhadores não aceitam que esta política prossiga. São mais de cinco anos de austeridade com desemprego e restrição das liberdades. Os trabalhadores não vão aceitar que Rajoy e Montoro roubem essa vitória.

Assim a declaração chama a mais ampla unidade das organizações para defender essa vitória e combater para revogar as contrarreformas, restaurar os serviços públicos, saúde, educação, readmitir professores, garantir a liberdade de expressão, restaurar o direito ao aborto, respeitar os direitos dos povos de decidir seu futuro, por fim às perseguições aos sindicalistas.

A Conferência aprovou ainda uma moção, em relação à Grécia, intitulada "Abaixo a chantagem ao povo grego". Uma semana depois ocorreu o referendo no qual a esmagadora maioria dos gregos disseram Não aos planos de austeridade.

Correspondente

Tunísia: sindicatos rejeitam união nacional

Exploração do terrorismo para agir contra as greves

Três meses depois do atentado terrorista ao Museu do Bardo, em Túnis (Tunísia), que deixou 23 mortos, o mesmo roteiro mortífero se repete. Armado de um fuzil kalashnikov e de muita munição, um indivíduo se apresentou na grande zona turística de Sousse, ao sul da capital, e entrou na praia privada através de um grande hotel. Balanço: 38 mortos e diversos feridos. Uma indignação imediatamente tomou conta do conjunto do povo tunisiano: "O que faz o governo? As armas e os grupos terroristas circulam há muito tempo, mas não estamos protegidos".

O presidente da República, Beji Caid Essebsi, foi aos locais do massacre e declarou: "Somos incapazes de enfrentar tudo sozinhos. Precisamos de ajuda, de apoio". Isso ocorreu somente algumas semanas depois da visita oficial que ele fez a Washington, na qual o imperialismo estadunidense concedeu à Tunísia o estatuto de "aliado central não-membro da Otan". Estatuto que estabelece, de fato, uma cooperação militar com os EUA, cuja consequência é a semioficialização da presença militar estadunidense na base de Rema-

da. Um Estado que é "incapaz de enfrentar tudo sozinho" e que demanda ser "ajudado e apoiado" não deveria apelar à ligação histórica que une a Tunísia à Argélia?

Essebsi anunciou a instalação de uma célula de crise "para tomar decisões dolorosas que tardamos a tomar". Palavras repercutidas por dirigentes dos partidos Nidá Tunísia (do presidente) e Ennahda, que clamam pela união nacional e... pelo fim das greves, para que "o governo se dedique à luta contra o terrorismo".

Mas as mobilizações sindicais, como a dos servidores da saúde pública, a dos universitários desempregados de Kébili ou a da região mineira, prosseguem, porque os trabalhadores "não aceitam que a questão do terrorismo seja explorada contra o seu direito de greve e de contestação, que é garantido pela Destour (a Constituição – NdR)", como declarou Sami Tahri, dirigente da central sindical UGTT. Uma coisa é certa: o apelo à união nacional, renovado após o atentado de Bardo, foi mais uma vez rejeitado pela classe operária organizada em seus sindicatos.

Correspondente

Povo grego diz NÃO à troika

No referendo de 5 de julho, expressiu-se novamente uma vontade determinada

Pela segunda vez, em cinco meses, a maioria do povo grego, estrangulado por cinco anos de memorandos mortíferos da troika – Fundo Monetário Internacional (FMI), União Europeia (UE) e Banco Central Europeu (BCE) –, fez uso do voto para maciçamente dizer “não” ao prosseguimento dos planos elaborados pelos representantes do capital financeiro e colocados em prática pela União Europeia.

Pela segunda vez, depois de cinco meses de “negociações” intermináveis e de tergiversações do governo que colocou no poder em 25 de janeiro, esse povo, para reafirmar sua rejeição absoluta à política imposta pela UE, respondeu ao chamado para votar “não”, lançado pelo primeiro-ministro Alexis Tsipras.

Essa segunda vez ocorre depois que os gregos fizeram a experiência com os limites de uma vitória eleitoral, confinada no quadro das instituições parlamentares corrompidas do Estado grego, subsidiárias das instituições europeias.

Na noite da vitória do “não”, o povo grego saiu às ruas para manifestar sua alegria e seu orgulho. É possível que se tenha sensibilizado, naquele momento, pelos voos líricos do discurso de Tsipras, mas pode-se prever que a magia do verbo não durará. O desempregado, o



Em frente ao Parlamento, povo comemora a vitória do Não

aposentado e o jovem sem perspectiva de emprego não se deixarão levar durante muito tempo por tiradas do tipo “a democracia é uma festa e uma alegria, a democracia é uma libertação”. Sobretudo quando esses belos sentimentos estão apoiados na ideia de que “queremos que a Europa retorne a seus princípios fundadores” (?).

Uma coisa é certa...

Quaisquer que sejam as decisões tomadas na reunião extraordinária de cúpula da zona do euro (ainda

não divulgadas no momento em que este texto é escrito), quer se reabram ou não as “negociações”, uma coisa é certa: a vontade determinada que se expressiu em 5 de julho procurará dar-se os meios de tomar as medidas radicais que Tsipras evitou tomar nos últimos cinco meses, mesmo se ele tinha esse poder. Medidas de emergência que são as únicas capazes de proteger a população da miséria, além de restaurar o sistema de saúde e de colocar de pé um aparato de produção.

Diante da catástrofe que avança, diante da falência provocada pelas agências do capital financeiro internacional (FMI, UE, BCE) e executada por seus agentes nacionais, diante da situação de emergência (não respondida pela vitória do “não”), a classe operária grega procurará, por todos os meios, e usando toda a sua rica experiência, reatar com os poderosos movimentos de classe que se dirigiram contra o poder do Estado e contra todos os seus instrumentos.

Embalada pela vitória do “não”, a

classe operária encontrará novas forças para se preparar e derrotar o bloqueio que as direções das organizações operárias opuseram a suas greves gerais, com o único objetivo de proteger as instituições e manter o sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção.

Ela encontrará novas forças que, contra os adiamentos de Tsipras e de um partido como o Syriza (como o de todos os partidos que estão afundados no quadro das instituições corrompidas), colocarão a questão de confiscar dos armadores, dos proprietários de terras, dos proprietários de redes hoteleiras, dos especuladores especializados na evasão de capitais, os meios indispensáveis à restauração do funcionamento do sistema de saúde, ao pagamento de salários dos servidores e das aposentadorias, à edificação de um aparato produtivo, engajando-se concretamente no desmantelamento das instituições da União Europeia.

Questão colocada à classe operária de toda Europa

Neste sentido, a classe operária grega encontra-se na vanguarda de um problema que a crise insuperável do sistema capitalista (assim como de sua expressão política, que é dada pela decomposição da União Europeia) coloca para a classe operária de toda a Europa: o de lutar contra os fundamentos do sistema da propriedade privada. Problema que é colocado particularmente para todos os militantes que estão comprometidos, em cada um de seus países, com a construção de verdadeiros partidos operários.

Marc Gauquelin

(artigo publicado na edição 359 do jornal Informações Operárias do Partido Operário Independente da França)

UM INEQUÍVOCO “NÃO” AOS PLANOS ASSASSINOS

Abaixo trechos do comunicado do Partido Operário Independente (POI) da França, publicado na manhã de 6 de julho.

“O povo grego deu a Alex Tsipras a resposta que ele lhe pediu, uma resposta que o povo já havia dado quando a maioria levou Syriza ao governo, há cinco meses. O povo grego ao dizer “não” ganhou o apoio de todos os povos da Europa.

O povo grego, ao dizer não, enfrentando a campanha desencadeada contra ele, abriu uma nova etapa na luta de todos os povos da Europa, contra os planos assassinos do capital financeiro e contra seu instrumento, a União Europeia. Ele abriu uma nova etapa na luta por sua soberania, contra a ditadura do capital financeiro que busca empurrar a Grécia, a Europa e toda a humanidade ao caos e à guerra.

Os trabalhadores e os povos da Europa, cada dia mais convencidos que sua própria sorte está em jogo nesse combate, responderão ao apelo que o povo grego, solenemente, lhes lançou nesse 5 de julho.

O POI se engaja, nessa situação, para intensificar o combate que já está engajado para ajudar a reunir as forças da classe operária, em unidade de suas organizações, contra o governo e seus planos, contra Hollande-Valls-Spin-Mooscovici (1) que oferecem, uma vez mais, e sem vergonha, seus serviços a Bruxelas, em nome da defesa de um ‘futuro democrático’, para a Europa, para tentar convencer o povo grego de aceitar uma ‘reformulação’ das medidas de austeridade exigidas pelo capital financeiro, o que o povo grego acaba de rejeitar.

O POI se declara pronto para mobilizar, na mais ampla unidade, todas as forças da classe operária e da democracia, para impedir os golpes que serão tentados contra a decisão soberana do povo grego.”

(1) Referência ao presidente da França, Primeiro Ministro, Ministro de Finanças e o Comissário Europeu dos Assuntos Econômicos e Financeiros (NdT).

Assine O TRABALHO ☆

Receba O Trabalho em sua casa, a cada quinzena

12 edições: R\$45,00 24 edições: R\$90,00 24 edições Solidário: R\$150,00

A partir do nº _____ Nome: _____

Endereço: _____

Cidade: _____ Estado: _____

CEP: _____ Tel.: _____

E-mail: _____

Peça sua assinatura por e-mail ou carta

Deposite na conta Banco do Brasil – Agência: 4055-X, C/C: 8894-3

Envie comprovante junto com o cupom para Rua Caetano Pinto, 678 – CEP 03041-000 – São Paulo

Fone/fax: (11) 2613-2232